

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003050-46.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Hdi Seguros S/A**
 Requerido: **Renato Mizael do Nascimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

HDI Seguros SA moveu ação regressiva em face de Renato Mizael do Nascimento sustentando ter firmado contrato de seguro com terceira pessoa, sendo que em plena vigência, no dia 16/02/2014, quando o veículo segurado era conduzido pelo filho da contratante, foi atingido pelo automóvel do ora réu, que cruzou a via sem respeitar a placa de sinalização "Pare".

Em expediente administrativo foi constatada a imprudência do ora requerido e a autora custeou as despesas para o conserto do veículo da segurada. Disse, também, ter tentado contato com o réu, para ressarcimento espontâneo, sem êxito, o que motivou o presente feito.

O réu foi citado por carta com AR (fl. 49 – assinada, segundo consta, pelo próprio) e não apresentou contestação (fl. 50).

É o relatório.
Decido.

O feito se encontra pronto para julgamento; a parte autora o requereu (fls. 55/56), e parte ré não contestou, incidindo a revelia.

Não obstante o claro teor do art. 319, do CPC, os argumentos iniciais merecem análise, para que seja proferida decisão nos termos do que, de fato, ocorreu.

O contrato de seguro da autora para com terceira pessoa encontra-se demonstrado nos autos (fls. 16/19), o que é suficiente para justificar o pólo ativo.

A inicial foi bastante clara ao imputar ao réu a responsabilidade pelo evento, afirmando que o acidente se deu por conta de o requerido ter desrespeitado a placa "Pare", invadindo a via preferencial na qual o veículo segurado trafegava.

Não só a revelia conduz à aceitação desses argumentos, como eles se encontram comprovados nos autos, em especial pelo BO de fls. 20/23, onde se lê que realmente o sinistro se deu da forma narrada na inicial.

Além disso, as fotos de fls. 24/25 demonstram a real existência da placa "Pare", desrespeitada pelo réu.

Assim, e considerando que a seguradora se sub-roga no crédito (art. 786, do CC), pertinente que seja ressarcida dos gastos que efetuou, demonstrados pelos documentos de fls. 26/38, no montante indicado na inicial, que nada tem de absurdo, sendo compatível com o acidente ocorrido.

Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial para condenar o réu no pagamento de R\$9.285,70, quantia que deve ser corrigida monetariamente (pela tabela prática do TJSP) desde a data de cada desembolso, com juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Além disso, suportará o réu as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da condenação.

PRIC

São Carlos, 16 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**